



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1423, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar penas de crimes cometidos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar penas de crimes cometidos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 217-A.** .....

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

.....

§ 3º .....

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos.

§ 4º .....

Pena – reclusão, de 30 (trinta) a 40 (quarenta) anos.

.....” (NR)

“**Art. 218-B** .....

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

.....” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 240** .....

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos, e multa.

.....” (NR)



“**Art. 241** .....

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos, e multa.

.....” (NR)

“**Art. 241-A.** .....

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

.....” (NR)

“**Art. 241-B.** .....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, estabeleceu o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, pessoas em desenvolvimento que merecem absoluto respeito, devendo ser protegidas de qualquer violação.

Progressivamente, a legislação tem aumentado a tutela penal dos bens jurídicos desses indivíduos – considerando sua posição de vulnerabilidade em relação àqueles penalmente imputáveis. Não por esse motivo, as Leis nº 12.829, de 2008, e 12.015, de 2009, trouxeram importantes crimes no Código Penal (CP) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar a proteção às crianças e aos adolescentes, em especial dos vulneráveis, menores de 14 anos.

Entretanto, considerando a função do Direito Penal como conformadora de comportamentos, bem como sua função dissuasória de condutas contrárias à lei, entendemos que é necessário aumentar as penas de alguns delitos que violam a dignidade sexual de crianças e adolescentes – mormente os mais graves, como estupro de vulnerável (art. 217-A, CP); favorecimento da prostituição de criança ou adolescente (art. 218-B, CP); e a produção ou comercialização de material explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 240 e 241, ECA).



As atuais penas privativas de liberdade cominadas para os delitos em questão não têm se mostrado eficazes para dissuadir essas condutas, motivo pelo qual pugnamos pelas alterações propostas neste projeto e solicitamos aos demais Pares o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **FABIANO CONTARATO**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) - 8069/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- urn:lex:br:federal:lei:2008;12829  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;12829>
- Lei nº 12.015, de 7 de Agosto de 2009 - LEI-12015-2009-08-07 - 12015/09  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12015>